

Resumo: Este estudo teve como objetivo reunir e compreender os aspectos e os contornos mais relevantes do conceito de alienação para negras e negros¹ na obra *Crítica da razão negra* (2020a) do filósofo Achille Mbembe através de uma análise textual, na qual se fez uma reconstrução da obra em questão. Primeiramente, dando especial atenção às passagens em que Mbembe utiliza o termo alienação e, em um segundo momento, analisando as relações entre a alienação e outros conceitos e momentos históricos. Assim, é fundamental reconhecer que Mbembe não dá um tratamento exaustivo acerca do conceito de alienação na obra *Crítica da razão negra* (2020a). Entretanto, há inúmeras passagens em que o autor utiliza o termo para apresentar e desenvolver dimensões específicas da experiência negra durante a obra, as quais têm relação direta com a alienação e são necessárias para entender o conjunto do pensamento do autor, bem como a própria questão racial, fruto da modernidade.

Palavras-chave: Raça, Modernidade, Alienação.

Abstract: This research had as objective gather e comprehend the most relevant aspects and contour of the alienation concept in the work *Crítica da razão negra* (2020a) of the philosopher Achille Mbembe through an textual analysis, in which a reconstruction of the book was done. First of all, giving especial attention at the fragments that Mbembe uses the alienation term and, in a second moment, analyzing the relations between the alienation and others concepts e historical moments. Thereby, recognize that Mbembe don't give an extensive review on the alienation concept at the *Crítica da razão negra* (2020a) is fundamental. However, there are inumerous textual fragments that the autor uses the concept to present and develop specific dimensions of the negro experience throughout the book, which has direct connexion with the alienation and are imperative to understand the author's thought set, aswell the racial issue itself, an outcome of the Modernity.

Key words: Race, Modernity, Alienation.

1. Introdução

Esta presente pesquisa teve como intuito entender os contornos e as dimensões do conceito de alienação para Achille Mbembe dado que o próprio autor não faz um tratamento aprofundado — bem como as literaturas secundárias de comentaristas acerca

¹ No corpo deste artigo a diferenciação de gênero (negra(s) e negro(s) será substituída pelo uso comum “negro(s)”, no masculino, apenas por uma questão de facilitação de escrita e leitura.

do filósofo — em uma de suas principais obra, e base para o desenvolvimento desse estudo, o *Crítica da razão negra* (2020a). Como supracitado, o autor não faz uma análise extensa da alienação, isto é, um conceito vasto e diverso por toda a história da filosofia, portanto, foi feito um estudo para delimitar e entender mais precisamente como esse conceito é encarado para o autor, dado que ele perpassa toda a obra em questão, aparecendo enquanto um dimensão ao analisar a experiência da população negra a partir do surgimento das raças na modernidade. Estudo esse guiado pela pergunta norteadora: quais são as dimensões do conceito de alienação para negras e negros no pensamento de Achille Mbembe?

A pesquisa, como um todo, foi desenvolvida a partir de uma análise de textos tanto da obra principal que concerne este projeto, assim como de outros textos mencionados nas referências.

Em um primeiro momento, todas as passagens do *Crítica da razão negra* (2020a) onde o conceito de alienação foram analisadas e discutidas a fim de entender os contornos gerais acerca do conceito. Consequentemente, vários outros conceitos eram encontrados fazendo relações com a alienação na construção escrita do pensamento do autor, os quais auxiliaram para um melhor entendimento dos contornos gerais da alienação negra, racialmente ancorada.

Nesse perspectiva, alguns momentos históricos se mostraram enquanto marcantes para a pesquisa e, dessa forma, buscou-se também entender criteriosamente o que esses momentos significavam para Mbembe, inclusive enquanto dimensões da própria alienação, onde ela estaria presente. Assim, também foram analisadas e discutidas todas as passagens acerca deles, a saber, escravismo, colonialismo, *apartheid* e neoliberalismo.

2. Dimensões da alienação na Crítica da razão negra

Nessa primeira parte do texto serão analisadas algumas dimensões da alienação para, no final, apresentarmos onde Mbembe identifica precisamente o seu surgimento.

Uma das formas de se aproximar da relevância do texto de Mbembe é notar que a questão sobre a sobrevivência de grupos racializados perpassa toda a modernidade e, como ele vai mostrar ao longo de seu trabalho, esse problema envolve inúmeras dimensões. É nesse sentido que pode-se compreender as negras e os negros como “pessoa[s] humana[s] cujo nome é humilhado, a capacidade reprodutiva e generativa deturpada, o rosto desfigurado e o trabalho espoliado, ele é testemunho de uma

humanidade mutilada, profundamente marcada a ferro pela alienação” (MBEMBE, 2020a, p. 76).

Ao comentar sobre esse “humano”, o autor refere-se ao negro enquanto escravizado e sofredor das consequências da alienação. No caso, Mbembe cita a carga negativa que a categoria negro remete imediatamente e que perpassa os anos da modernidade, isso quando sua própria linhagem não é aniquilada. Também, e que talvez mais concerne a este trabalho, a questão da imagem que o negro passa, sua identidade fracionada, seu rosto desfigurado e não completo nem para si nem aos outros. Contudo, ainda que esse sujeito negro, fruto da modernidade, sofra diferentes formas de alienação, Mbembe não deixa de ressaltar que as possibilidades de revolta nunca desaparecem do horizonte. Por isso, afirma o autor que

em virtude da maldição a que está condenada a sua existência e da possibilidade de insurreição radical que, não obstante, leva consigo e que jamais será completamente anulada pelos dispositivos de sujeição [...] [a expectativa da resistência] é justamente a possibilidade de um acontecimento singular, ‘a revolta dos escravos’ (MBEMBE, 2020a, p. 76-77).

Dessa forma, fica claro que os negros não são totalmente assujeitados², porém é necessário percorrer o caminho desde o que o autor chama de difração originária do humano moderno até a sua máxima experiência de opressão configurada como o *apartheid*.

Dessa difração originária se deduz, geralmente, que o *eu autêntico*³ se teria tornado um outro. Um eu alheio [alienado] teria sido colocado no lugar do eu próprio, fazendo assim do negro o portador, a despeito dele, de significados secretos, de obscuras intenções, de um inquietante estranhamento que comanda a sua existência sem seu conhecimento e que confere a certos aspectos da sua vida psíquica e política um caráter noturno e quicá demoníaco (MBEMBE, 2020a, p. 187-188).

Essa difração originária que Mbembe cita é a criação, a partir da separação do humano em raças, de um eu próprio e um eu estrangeiro, a imagem já referenciada, a qual é quase sempre lembrada na literatura negra pelo confronto do ser colonizado tanto com esta imagem quanto com a lembrança de captura, a lembrança da colônia, que

2 O que inclusive vai permitir a concepção de negros dentro de sistemas de governo que não explicitamente consideram o negro como um não humano ou um sub-humano, como por exemplo em uma democracia, dado que nesse sistema de governo específico “ele é sujeito agora a um parâmetro de liberdade que não dependerá mais de correntes físicas, [mas sim de] uma liberdade inserida em um sistema de utilidade, gerenciada e regulada por uma ideia de bem extraída de uma razão universal” (MEDEIROS, 2018, p. 10).

3 Mbembe utiliza a expressão “eu autêntico” para se referir ao momento anterior à alienação. O autor também fala em “si próprio” e “si mesmo” para se referir a uma espécie de estágio anterior à alienação. Talvez a compreensão mais profunda dessas categorias “eu autêntico”, “si próprio” ou “si mesmo” demandaria um esforço que nos conduziria para um caminho diferente do que foi proposto neste projeto. Por isso, a opção nesse momento será de não analisar os contornos mais estruturais de uma possível autenticidade de um eu não alienado.

associaram sua descendência a uma imagem de terror. Assim, perpassa-se essa cisão no interior do ser com a difração, a imagem substitui e subjuga o humano que não era alienado. Pois esta alienação, esse desmembramento implica ao negro significados inteiramente negativos, demoníacos, além de comandar sua existência até mesmo sem ele estar ciente. Continuando na argumentação dessa cisão, Mbembe mostra que

em primeiro lugar, como sugerimos nos capítulos precedentes, o da *separação de si mesmo*. Essa separação teria acarretado uma tal perda de familiaridade consigo mesmo que o sujeito, tornado estranho a si mesmo, teria sido relegado a uma identidade alienada e quase inerte. Assim, em vez do ser junto a si mesmo (outro nome da tradição), que deveria ter sido sempre a sua experiência, ter-se-ia constituído numa alteridade na qual o eu teria deixado de se reconhecer: o espetáculo da cisão e do desmembramento (MBEMBE, 2018, p. 143).

Mbembe, ao analisar a origem e as consequências dessa separação de si mesmo, indica que de forma imposta, ela deixou ao negro uma identidade alienada⁴ e quase imóvel, cristalizada. Para essa questão, o autor lembra, primeiramente, de três acontecimentos canônicos na existência do negro, são eles a *escravatura*, a *colonização* e o *apartheid*, que surgem como dimensões da cisão e do desmembramento conforme mencionado no trecho, mas também podem ser vistas como três formas históricas em que a alienação negra está presente. Desde então, os negros passaram a viver sem mais “se saber ele[s] mesmo[s]”, sem ter a soberania de si próprio; e sem mais “se manter por si mesmo no mundo”, sem possuir autonomia, ou seja, passaram a viver como seres fracionados em si próprios, a partir do fracionamento e da divisão do humano em raças, e conseqüentemente, com uma identidade que passou a ser também fracionada.

Arelado a isso, e pensando na questão da divisão do humano em raças, faz-se necessário comentar que da mesma forma que o negro foi uma categoria criada na modernidade para atrelar a uma parcela da população mundial certos significados, em mesma medida também foi o branco. Assim, ergueu-se uma fantasia, um espaço de poder que coloca como o outro, como racializado, todo aquele diferente do branco.

Tal força se manifestou de diversas formas conforme a época e o contexto — genocídios e extermínios no Novo Mundo e na Austrália, tráfico de escravos no triângulo atlântico, conquistas coloniais em África, na Ásia e na América do Sul, *apartheid* na África do Sul e, um pouco por todo o lado, espoliações, depredações, expropriações e pilhagens em nome do capital e do lucro, e, para coroar o conjunto, vernaculização da alienação” (MBEMBE, 2020a, p. 91).

4 A partir da tese de Mestrado de Claudia Silva Lima, essa identidade torna-se mais nítida visto que ela “pode ser entendida na mesma perspectiva abordada por Erich Fromm da escola de Frankfurt, na sua obra *O conceito Marxista de homem*. [...] Essa alienação ou alheamento, em que o africano criado pelo europeu, começou a ser percebido como objeto de exploração” (2017, p. 117). De forma ainda mais nítida: “Alienar-se é, em última análise, vivenciar o mundo e a si mesmo passivamente, receptivamente, como o sujeito separado do objeto” (FROMM, p. 50).

A força que o autor cita nesse trecho corresponde à fantasia do branco, isto é, “uma fantasia da imaginação europeia que o Ocidente se esforçou para naturalizar e universalizar” (MBEMBE, 2020a, p. 88). Esta elaboração, tida por muitos anos enquanto científica, considera o branco como natural e não criado, conforme também foi o negro. Essa fantasia se apoia em uma disseminação por todos os meios possíveis, tanto na transformação dessa crença em senso comum, desejo e fascínio quanto do modo de estar, então estabelecido, do Ocidente em relação ao mundo. Dessa forma, essa fantasia causou enquanto consequência roubos e incontáveis danos à vida humana por todo o mundo em nome do capital, assim como a vernaculização da alienação, ou seja, o desenvolvimento particular em cada país da nacionalização de um vocabulário relacionado à alienação. Em outras palavras, o caráter universal que o branco assumiu, implicando aos outros uma sub-humanidade, teve como consequência a difusão da alienação no mundo. Além da difusão e nacionalização dessa “fantasia”, uma consequência ainda mais brutal é a naturalização de algo que é, por si mesmo, fruto de um tipo particular de opressão, as raças.

Aqui, fica nítido como o branco e o negro, essas duas forças antagônicas, irão articular uma questão essencial entre elas, a diferença, a qual é possível de ser invocada de maneira “que se assemelha a um consentimento à escravização, assim como só há alienação quando, para além da coerção, se sucumbe à sedução” (MBEMBE, 2020a, p. 168). Assim, Mbembe, baseando-se nas ideias de Fabien Eboussi Boulaga — um autor entre diversos destacados de uma série de intelectuais que compõe a chamada razão negra⁵, — aborda a questão da diferença negra e a relaciona brevemente com a alienação.

5 Segundo o autor, são as vozes e práticas sobre quem é de origem africana, passível de desqualificação moral enquanto raça e instrumentalização prática, “deliberações sobre a distinção entre o impulso animal e a *ratio* [razão] do homem” (MBEMBE, 2020a, p. 67). Ainda, é subdividida entre consciência ocidental do negro, um “juízo de identidade”; e consciência negra do negro, uma “declaração de identidade”. Especificando o primeiro, ele consiste “tanto de discursos como de práticas — um trabalho cotidiano que consistiu em inventar, contar, repetir e promover a variação de fórmulas, textos e rituais com o intuito de fazer surgir o negro enquanto sujeito racial e exterioridade selvagem, passível de desqualificação moral e de instrumentalização prática” (MBEMBE, 2020a, p. 61). Dito isso, sobre o segundo texto, o autor explica como ele foi fruto de uma radicalidade antissistêmica, contra o capitalismo, a escravidão e o imperialismo. Ele mobiliza tantos os elementos da luta de classes, quanto a negação de uma ontologia fundada em sujeitos raciais. Essa radicalidade foi impulsionada pelo anarquismo internacional e, ainda, “essa escrita se esforça, aliás, por fazer surgir uma comunidade que precisa ser forjada a partir de restos dispersos por todos os cantos do mundo” (MBEMBE, 2020a, p. 63). Vale também lembrar que esse segundo texto, tenta instaurar um arquivo da história negra, mesmo que grande parte foi perdida ou não deixou vestígios. E nesse sentido de uma tentativa de formar uma comunidade de dispersos, a história negra também teria essa característica de “só pode[r] ser feita com base em fragmentos, mobilizados para dar conta de uma experiência em si mesma fragmentada” (idem). Nesse sentido, “debater a razão negra é, pois, retomar o conjunto de disputas acerca das regras de definição do negro” (MBEMBE, 2020a, p. 67).

Para expor isso, é correto afirmar que segundo Mbembe e Boulaga a questão da diferença para a população negra não é a base, por si só, de uma autodeterminação e nem de uma justificação para a inocência por parte dos indivíduos, visto que, antes de tudo, há a possibilidade de partes dessa diferença terem apenas desaparecido com, também, o aniquilamento das linhagens. De fato, ela pode ser encarada “a um só tempo como memória vigilante, modelo de identificação crítica e modelo utópico” (MBEMBE, 2020a, p. 168). Somado a isso, os autores também citam que a diferença pode ser usada para diversos fins, isto é, tanto para uma função libertadora se a evocação de certos aspectos da diferença, perdidos ou ainda preservados, não for nostálgica e melancólica; quanto para o consentimento da própria escravatura, ou seja, desumanização.

Exposto isso, Mbembe então relaciona esse conceito da diferença negra com a alienação. Para tanto, ele formula que a diferença do negro em relação a outras raças pode ser aproveitada e violada pelos próprios aspectos internos do conceito de diferença advinda da difração originária, um fim mortal em si mesmo. Especificamente, existe a possibilidade dela ser violada com um objetivo, a saber, o consentimento da desumanização. E aqui emerge a relação da diferença violada, utilizada de maneira desumanizadora, com a alienação, visto que, para existir, a última sucumbe a uma sedução também necessária à primeira. Isso permite afirmar que, de acordo com o autor, tanto a alienação quanto a diferença violada estão ligadas pela sedução. Essa sedução, por sua vez, assume um aspecto negativo para Mbembe e remete a uma reprodução e a um fascínio dos indivíduos com o estado atual da sociedade que conta, “para além da coerção”, com certa dose de “sedução”. Continuando sua argumentação com Boulaga, Mbembe destaca que:

Ao tratar da ‘tradição’, Eboussi Boulaga afirmou que a função da vigilância era impedir a repetição. ‘A memória vigilante se impõe para se livrar da repetição da alienação da escravatura e da colonização’, isto é, ‘a domesticação do homem, sua redução à condição de objeto’, a espoliação do seu mundo, ‘a ponto de ele próprio se renegar ou se destruir, estrangeiro em sua terra, em sua língua, em seu corpo, excedente na existência e na história’ (MBEMBE, 2020a, p. 169).

Como pode ser observado, o objetivo do autor é chamar atenção para relação entre tradição e constante vigilância para que certos momentos de perda e alienação não se repitam como a escravatura e a colonização. Mais especificamente, talvez seja possível afirmar que sua preocupação é mostrar a relação desses dois momentos históricos com a alienação, que, como já visto, podem ser considerados como formas históricas em que a alienação negra está presente para o autor Mbembe. Ele, ao recorrer

novamente a Boulaga, também ressalta que a alienação está ligada à domesticação e a objetificação do ser, o que produz, como consequência, um certo afastamento, um repúdio de si mesmo, assim como de sua cultura.

Aqui, como anunciado no início dessa primeira parte, Mbembe mostra quando a alienação de fato se inicia, isto é, exatamente quando o negro toma para si a imagem criada pelos colonizadores e a reproduz acreditando em sua autenticidade e originalidade. Ou nas próprias palavras do autor, “a alienação começa de fato no momento em que o negro, em contrapartida, reproduz fielmente essa imagem como se ela fosse não só verdadeira, mas também de sua autoria” (MBEMBE, 2020a, p. 202).

O mais importante aqui é ressaltar a longa construção dos pré requisitos que constroem as bases para a criação e instrumentalização dessa imagem necessária ao início de uma verdadeira alienação, isto é, todos os processos de colonização, escravidão, *apartheid*; a fantasia do branco – e das raças – e a difração originária. Essa alienação, portanto, só ocorre na modernidade quando o negro toma fielmente para si essa imagem e a reitera. É possível dizer que alienar-se, nesse sentido, implica em tomar para si o que outro produziu. De acordo com o que foi visto nessa análise do texto de Mbembe, uma forma de compreender o sentido amplo de alienação que está presente em toda obra reúne um conjunto de aspectos tais como “domesticação”, “perda de familiaridade consigo mesmo”; ser “estranho a si mesmo”; ter uma “identidade [...] quase inerte”; sofrer a experiência de não reconhecimento, de objetificação, “cisão e desmembramento”. Essas dimensões tomadas em conjunto permitem que Mbembe possa afirmar que “a alienação começa de fato” no momento em que o negro se auto repudia e passa a reproduzir a imagem negativa criada pelo seu algoz.

Vale lembrar também das consequências que Mbembe extrai da alienação. Elas podem ser resumidas pelas conhecidas ações do capitalismo e colonialismo no mundo, infligidas na materialidade a serviço do capital, como roubo, pilhagens, assassinatos e expropriações. Mas também, e com não menos danos materiais, pelos efeitos mais teóricos e subjetivos, como a fantasia da raça num geral, a vernaculização da alienação, a existência dessa imagem estrangeira que transforma a vida do negro em algo demoníaco e a morte ou fragmentação de sua identidade, que continuará fracionada se apoiar-se totalmente nas diferenças ou se negá-las por completo. A identidade do negro só existe no devir, em um fluxo permanente que se alimenta das próprias diferenças entre quem foi determinado enquanto algo único e sem complexidade – a raça negra – e

entre a relação desta com o resto do mundo, uma relação da totalidade do mundo humano.

Por fim, Mbembe também deixa claro que toda essa construção da alienação na modernidade acaba tendo, no surgimento do neoliberalismo, um ponto crucial. É exatamente nesse momento que o indivíduo não se submete mais à alienação do período do capitalismo industrial, que ele se encontra no aprofundamento e intensificação da alienação como nunca antes visto.

Feita essa breve reconstrução de algumas das dimensões mais marcantes da alienação tal como trazidas por Mbembe, o próximo passo será apresentar brevemente como elas se articulam com a escravidão, o colonialismo e o apartheid.

3. Alienação e Escravidão

Antes de estabelecer as devidas relações com os três momentos históricos citados, é preciso mostrar um quadro geral do que ocorreu a partir do século XV até a divisa de todo o globo, com o imperialismo no século XIX, o qual possui dimensões diretas com a alienação de negros, nas palavras do autor:

Esses acontecimentos foram, por sua vez, a consequência de uma gigantesca migração de povos, que assumiu quatro formas ao longo desse período. A primeira foi o extermínio de povos inteiros, em especial nas Américas. A segunda foi a deportação em condições desumanas, de carregamentos de muitos milhões de negros para o Novo Mundo, onde um sistema econômico fundado na escravidão contribuiu de maneira decisiva para a acumulação primitiva de um capital já desde então transnacional e para a formação de diásporas negras. A terceira foi a conquista, anexação e ocupação de vastas terras até então desconhecidas da Europa e a submissão de suas gentes à lei do estrangeiro, sendo que anteriormente se governavam a si mesmos segundo modalidades bastantes diversas. A quarta se refere a formação de Estados racistas e às lógicas de ‘autoctonização’ dos colonos, a exemplo dos africanos na África do Sul (MBEMBE, 2020a, p. 108 - 109).

Conforme mostra o trecho citado, Mbembe atribui os eventos que envolvem o escravismo, a colonização e o *apartheid* a quatro fases. A primeira corresponde ao próprio extermínio, o genocídio de povos originários, com destaque das Américas, com a chegada dos Europeus. A segunda fase representa o tráfico negreiro, no qual milhões de negros cruzaram forçadamente o Atlântico para constituírem a força de trabalho escravizada necessária para a acumulação primitiva de capital. Em outras palavras, o racismo foi essencial para a fundação do capitalismo, esse já com germes na internacionalidade. A próxima fase condiz, de acordo com o autor, com a “conquista, ocupação e anexação” de regiões do globo onde os europeus ainda não tinham um domínio, como as próprias Américas, África e Ásia — as mesmas possuíam em suas localidades povos com diversas formações societárias. Por último, na quarta fase,

Mbembe elege como momento culminante o *apartheid*, Estados formalmente racistas que, constituindo sua própria população, estavam colonos e filhos de colonos que passaram a integrar a população local ao nível de uma formação linguística com origens Europeias, mas usada em África. Como exemplo principal dessa última fase, é possível apontar a África do Sul.

Após essa contextualização, é preciso destacar como a escravização de outros povos baseados na cor da pele teve uma justificativa, um “direito originário de intervenção [o qual] fazia parte do “bom direito”, que se aplicava tanto às guerras de extermínio quanto às guerras de escravização” (MBEMBE, 2020a, p. 115).

Esse direito originário refere-se ao direito que o europeu tinha em contraposição ao dito selvagem sub-humano, ou até não-humano. Esse direito, através de uma noção religiosa, expunha as práticas, as culturas de povos não europeus e não cristãos como ações que se configuravam enquanto crimes tanto em relação à própria humanidade, quanto em relação à natureza. Assim criava-se, conseqüentemente, uma distinção entre os tipos de inimigos e tipos de guerra. Partindo da visão europeia-cristã, na prática, isso significava que uma intervenção aplicada a sociedades não inteiramente humanas ou fundamentalmente inumanas, como as localizadas em África, era essencialmente diferente de uma intervenção contra uma sociedade cristã. A partir disso, esse “bom direito” a essas guerras para o extermínio, tal como para a escravização pavimentaram o caminho para o “bom direito” à propriedade da terra do colonizado, considerada sem senhor e, portanto, passível de ser ocupada pelo colonizador; à dominação via Estado colonial; à eliminação de direitos dos nativos. Enfim, é o controle de uma raça de “escravos” por uma raça de “conquistadores” também pela via jurídica e pavimentado por um rastro de violência, não obstante Fanon (1968, p. 40) coloca o colonialismo como a violência em estado bruto

Essa dicotomia também aparece por toda a obra de Mbembe que, novamente ao se apoiar em Boulaga, fala sobre a diferença de negras e negros em contraposição àqueles que os escravizaram, da África em relação à Europa, a qual, se tomada como alicerce para a autodeterminação, ela — diferença — pode se configurar como negativa e também se tornar pouco útil como já mencionado. Mais especificamente, desse modo,

outras instâncias da diferença negativa se relacionam com o abandono da responsabilidade, com a culpabilização de todos, menos de si mesmo, com a constante imputação da escravização inicial à ação exclusiva de forças externas e com a exoneração dos seus próprios poderes (MBEMBE, 2020a, p. 169).

O autor julga, portanto, como negativa a inculpação da escravização exclusiva a elementos externos a partir da diferenciação total entre africanos e colonizadores. A diferença, em um primeiro momento, caracteriza uma autonomia dos negros em forma de “fonte autônoma de criação”. Explica-se: embora o apelo à raça para o oprimido remonte o luto, uma angústia profunda, uma perda “para os negros confrontados com a realidade da escravidão, [...] [que] é, antes de mais nada, de ordem genealógica” (MBEMBE, 2020a, p. 71), há essa tentativa de resistência. Em outro termos, uma tentativa de estabelecer uma comunidade forte o bastante para tentar dar algum tipo de resposta à sujeição biopolítica⁶. Assim, mesmo que a invocação da raça busque reviver a população negra que se encontra separada do que a fazia viva, isto é, as antigas instituições, os laços sanguíneos, a sua terra, os seus rituais e os seus símbolos, essa mesma invocação não deixa de se configurar enquanto fruto de uma alienação, ou seja, uma sensação de perda, de cisão que beira o extermínio

Assim, ao apoiar-se totalmente na diferença entre brancos e negros, colonizadores e colonizados, é possível identificar de um aspecto superficialmente implícito: tratar de África como um todo, um agrupamento único em contraposição à Europa é nada mais que reproduzir uma ideia de uma “biblioteca colonial”, uma invenção. A identidade negra, portanto e como já explícito, só existe em devir a partir de uma diferença positiva⁷ viva entre as várias etnias e culturas de diversos povos negros e entre estes em relação ao resto do mundo. Assim, a ligação entre escravidão e alienação surge como uma das formas de compreender a opressão descrita por Mbembe, porém, há outras duas formas que esse projeto pretende apresentar.

4. Alienação e Colonialismo

A brutal investida que Mbembe denomina como colonialismo ou imperialismo foi uma enorme migração forçada de povos, a qual assumiu as quatro fases já citadas, “a colonização foi uma forma de poder constituinte, cuja relação com o solo, com as populações e com o território associou, de maneira inédita na história da humanidade, as três lógicas da raça, da burocracia e dos negócios (*commercium*)” (MBEMBE, 2020a, p. 109).

⁶ Silvio Almeida (2019) lembra que a partir do séc. XIX o Estado, em vez de possuir o poder de tirar a vida, passa a ter a soberania de controlá-la, mantê-la e prolongá-la, fazer viver e deixar morrer.

⁷ Para Claudio V. F. Medeiros “A tarefa portanto é pensar a diferença negra, como um gesto de autodeterminação sobretudo, o que exige uma crítica da memória, mas cuja tradição não seria objeto de uma certa nostalgia que nos paralisasse” (2018, p. 7).

A colonização, como se vê, é um termo bem amplo para Mbembe, o qual ainda a classifica como uma forma de poder que, ao obter o domínio do solo, dos autóctones e da territorialidade, uniu três discursos. Eles se traduzem na existência de raças distintas dentro da humanidade, as ditas selvagens devem ser geridas pelas “raças superiores” através da forma política de administração da economia capitalista, a burocracia, um dispositivo de dominação. Nesse sentido, a colonização tinha o papel fundamental de unir os negócios com a morte, isto é, a classificação dos seres humanos em raças e inserir o negro dentro da Modernidade e da lógica da economia capitalista, a economia de mercado. Esse papel era concretizado sobretudo pela lei e pela força, quase sinônimos no mundo colonial. Em outras palavras, Mbembe dá uma definição explícita sobre a prática colonial que consistia na classificação hierarquizada de seres humanos através de raças, unida com o fundamento da economia capitalista; e na violência como expressão máxima da política e com um instinto inconsciente à degradação e à podridão social. Assim, “[...] para que se tornasse um hábito, a lógica das raças precisava ser agregada à lógica do lucro, à política da força e ao instinto de corrupção — definição exata da prática colonial” (MBEMBE, 2020a, p. 116). Explica-se, essa lógica das raças precisou se aglutinar aos elementos citados para que se tornasse algo comum na imaginação europeia, algo tido como cultural e natural.

Assim, essa classificação e hierarquização consolidou-se como elemento central diante das várias formas de colonialismo existentes feitas por diversas nações europeias – não apenas em África. Aprofundando-se um pouco mais na lógica das raças, Mbembe afirma:

No entanto, ocorreu que, em meio ao tráfico de escravos e ao colonialismo, assistiu-se ao deslocamento e à inédita aliança de dois discursos — o discurso acerca da raça no sentido biológico do termo (mesmo que esse sentido biológico estivesse longe de ser estável) e o discurso acerca da raça enquanto metáfora de uma proposição mais ampla sobre a velha questão da divisão e da sujeição, da resistência e da fragilidade do político, do elo, por definição sempre fraco e contudo inseparável, entre a política e a vida, o político e o poder de matar; o poder e as mil maneiras de matar ou de deixar (sobre)viver (MBEMBE, 2020a, p. 106-107).

Dessa forma, Mbembe mostra como na Modernidade, diante dos momentos históricos citados, houve uma aliança de dois discursos: a raça como algo biológico e natural, apoiada no racismo considerado científico, o qual nada tinha de científico de fato e por isto a instabilidade desse discurso; e a raça utilizada como um artifício para a justificação da sujeição e hierarquização dos seres no sentido político, o que consequentemente se alia a uma utilização classista da raça, em outros termos, a invenção das raças possui também como dimensão a necessidade de dar outra forma à

sujeição e hierarquização de seres humanos, já divididos em classe. Essa aliança entre classe e raça, coloca os negros em uma posição inferior às classes dominantes, o que, por sua vez, permite o domínio político e o controle da vida, material e subjetiva, das classes subalternas e consequentemente dos negros em um quadro geral — eles mesmos uma imagem criada e encarada pelos brancos enquanto um objeto de exploração.

Para esse domínio tão brutal no estrangeiro ser justificado em solo europeu, para se criar uma aceitação geral da lógica das raças e do colonialismo, o meio escolar foi fundamental para a disseminação e construção da ideologia dominante na socialização desde a idade mais jovem possível. Os negros eram retratados como seres inferiores, idiotas presos em seu próprio mundo, algo que era consequência biológica e direta de se nascer negro. Para salvá-los de sua própria deficiência racial, os europeus criaram a colonização para educá-los, para apaziguar suas raivas inatas de sua raça, ou seja, a colonização era um favor aos negros na visão europeia.

Em todas essas obras, o africano é apresentado não apenas como uma criança, mas como uma criança idiota, presa de um punhado de régulos, potentados cruéis e implacáveis. Essa idiotia seria consequência de um defeito congênito da raça negra. A colonização seria uma forma de assistência, de educação e de tratamento moral dessa idiotia, além de um antídoto para o espírito de brutalidade e para o funcionamento anárquico das ‘tribos nativas’. Desse ponto de vista, representava uma bênção da civilização. Seria a regra geral de tratamento da idiotia das raças predispostas à degenerescência (MBEMBE, 2020a, p. 121).

Essa visão de um *petit negri* como Fanon explicita era a predominante em todas as formas de colonização, independentemente da nacionalidade do colonizador. E não podia ser diferente visto que existia uma relação direta entre a razão, fruto das revoluções burguesas, e a colonização, esta última advinda do Iluminismo por se apoiar em uma razão julgada como universal que deveria ser exportada para o resto da humanidade — aqui, Mbembe inclusive coloca o Iluminismo como pai do colonialismo. O colonizador, um sujeito universal, teria uma razão universal e modelo para os outros sujeitos, ou não sujeitos.

Outro ponto de reflexão é que, após a categoria da raça, típica da Modernidade, ser designada a um grupo de pessoas, isto é, aos negros, é revelado que “a colonização é uma prodigiosa máquina produtora de desejos e fantasias” (MBEMBE, 2020a, p. 203).

Em outras palavras, isso significa que diversos bens materiais ou simbólicos foram introduzidos na colônia com o objetivo de diferenciação entre os próprios colonizados através da inveja, da diferenciação em termos de perda (alienação) de prestígio ou de classe. Isso foi algo essencial para a dominação colonial e demandou

investimentos no que suscitava o desejo de riqueza dos colonizados, uma economia emocional com o objetivo de colocá-los em conflito. “Em grande medida, a colonização apenas reforçou esses dispositivos. Muito da sujeição dos africanos à colonização passa pela mediação dos bens” (MBEMBE, 2020a, p. 210). Essa riqueza era extremamente volátil e conferiu aos africanos, de um modo geral, uma concepção instantaneísta do tempo e do valor, ou seja, a necessidade de se adquirir tudo o que se pudesse em vida, seja material ou simbólico — bem como o neoliberalismo se mostra atualmente. Assim, Mbembe explicita como a relação entre as pessoas tornou-se mercadológica, o mercado entrou na alma dos africanos e tudo o que se desejava eram bens de consumo ou de prestígio, o que incluía mulheres, filhos e aliados.

Por fim, e o que mais concerne a esse trabalho, Mbembe, apoiando-se em Frantz Fanon, conclui que a noção de uma nação colonizadora se reproduz apoiada na alienação do outro. O potestado colonial se reproduz, assim, de várias maneiras. Primeiro, inventando o colonizado: “[Foi] o colono que *fez e continua a fazer* o colonizado’. Depois, esmagando essa invenção, fazendo dela uma coisa, ora um animal, ora uma pessoa humana em perpétuo devir. E, por fim, ferindo constantemente a humanidade do subjugado, multiplicando as feridas sobre o seu corpo e atacando o seu cérebro com o intuito de infligir lesões. “Por ser uma negação sistematizada do outro, uma decisão furiosa de recusar ao outro qualquer atributo de humanidade, o colonialismo compele o povo dominado a interrogar-se constantemente: ‘Quem sou eu na realidade?’” (MBEMBE, 2020a, p. 194).

Portanto, o colonizador, através do colonialismo, inventou o colonizado, criou uma imagem extremamente negativa e imputou a milhões de pessoas classificadas enquanto negros, coisificou-os, animalizou-os, produzindo, conforme vimos anteriormente nesse trabalho, uma “perda de familiaridade consigo mesmo” e uma “identidade [...] quase inerte”. Dessa forma, o colonialismo também força o negro, com uma identidade extirpada, alienada, a perguntar-se incessantemente quem é ele mesmo.

5. Alienação e Apartheid

A terceira dimensão da alienação que esse texto pretende abordar é aquela que está ligada ao *apartheid*. De acordo com o que apresenta Mbembe, *apartheid* é o “momento em que o Estado, de forma explícita, fez da raça a alavanca de uma luta social geral destinada, dali em diante, a percorrer de fora a fora o corpo social e a manter um vínculo perene com o direito e a lei” (MBEMBE, 2018, p. 108).

Nesse sentido, Mbembe cita que o ápice do racismo, da racialização do mundo, “encontrou sua mais premente aplicação na África do Sul durante o longo período que foi do século XVIII ao XX” (MBEMBE, 2018, p. 108). O *apartheid* nessa nação foi o momento em que se institucionalizou o racismo, ou seja, é estabelecida uma relação explícita do racismo com o direito, com o Estado, isto é, a raça como componente central da organização social e do cotidiano, onde existe uma luta clara contra as negras e os negros. Para além disso, Achille Mbembe não se esquece de apontar que:

diversas formas de *apartheid*, de exclusão, de destituições estruturais substituíram as antigas divisões propriamente coloniais. Como resultado, na maior parte do tempo, processos globais de acumulação por expropriação, novas formas de violência e iniquidades engendradas por um sistema econômico mundial cada vez mais brutal se generalizaram, abrindo caminho a inúmeras figuras inéditas da precariedade e comprometendo a capacidade de muitos de continuarem a ser senhores da própria vida (MBEMBE, 2020a, p. 279-280).

Dito nesses termos, é possível apreender que Mbembe elege o negro, enquanto categoria criada na Modernidade necessária para a continuação do *apartheid* e suas diferentes formas. Assim, com a contínua existência do negro se torna impossível quebrar tanto com a segregação, quanto com a alienação. Ou como Claudia Silva Lima expõe, “[o negro] contradiz a ideia de uma comunidade humana, de uma semelhança e proximidade de quem verdadeiramente somos. Negro diante dessa argumentação ôntica de objeto, seria essencialmente a ordem expressa da segregação” (2017, p. 113).

Vale lembrar, recuperando as categorias já mencionados de “identidade em devir” e “diferença positiva”, que reforçar a diferença negativa, a qual pode enclausurar negros até o ápice explícito do *apartheid*, não deve ser algo reforçado por quem é o próprio prejudicado. Para essa tarefa, o *apartheid* e suas diferentes formas aparecem como um ambiente que reproduz opressão:

[Assim] cada vez mais, [tornam-se] apenas imaginárias as distâncias que nos separam neste único mundo que habitamos e que, em uma maneira lógica, temos todos direitos iguais a ele. Sendo um dado imediato o compartilhar por todos de apenas um mundo, são também reais os esforços desenvolvidos sistematicamente pelo desejo de *apartheid* (ILGES, 2016, p. 172).

Nesse sentido de que existe um só mundo e a que concerne mais esta pesquisa, a explicitação do que o autor entende enquanto devir negro do mundo se faz necessária. Explica-se: a distribuição de violências para todas as humanidades subalternas, baseada na hiper exploração histórica do escravo negro, em todas as regiões do mundo, seja no centro do capitalismo ou em suas periferias. E dentro dessas localidades, também há suas diversas divisões, isto é, Mbembe não esquece da discussão sobre espaço e territorialização. Nesse sentido, aponta que a ocupação colonial tinha como objetivo

“inscrever sobre o terreno um novo conjunto de relações sociais e espaciais” (MBEMBE, 2003, p. 135) e cita como exemplo dos “distritos” na África do Sul durante o *apartheid*, entidade sociopolítica planejada para o controle, bem como os “bantustões”. Também, como a expressão mais notável atualmente, cita a ocupação na Palestina:

Aqui, o Estado colonial deriva sua reivindicação fundamental de soberania e legitimidade da autoridade de seu próprio relato de história e identidade. Essa narrativa é sustentada pela ideia de que o Estado tem o direito divino de existir; e então entra em conflito com outra narrativa pelo mesmo espaço sagrado. Como ambas são incompatíveis e suas populações estão entrelaçadas, qualquer demarcação de território com base na identidade pura é quase impossível (MBEMBE, 2003, p. 135).

É oportuno citar ainda alguns pontos especialmente sobre a Palestina: a fragmentação territorial, o acesso proibido e expansão de assentamentos, o que explicita o Apartheid enquanto uma ocupação colonial fragmentada. Nesse caso, também, há uma política de verticalidade, soberania vertical, divisão do território tridimensional, isto é, duas formas de arranjo societário que possuem intrínsecas semelhanças

Mais uma vez é possível observar, dessa vez a partir de um olhar voltado para o *apartheid*, que é um fenômeno político, diferentes manifestações daquilo que Mbembe apresenta como dimensões da alienação: laços rompidos, partes amputadas e falta de reciprocidade não descrevem apenas o apartheid, mas também estão em consonância com processos que o autor identifica como alienantes, conforme pudemos ver ao longo desse projeto. A alienação, nesse momento, aparece como o avesso daquilo que Mbembe chama de “conduta ética”.

6. Alienação e neoliberalismo

Por fim, como já comentado, no decorrer da pesquisa, descobriu-se outro momento histórico importante para se compreender o sentido geral da alienação na obra de Mbembe, especificamente o *Crítica da razão negra*, o estágio atual da sociedade, o neoliberalismo.

Em primeiro lugar, faz-se necessária explicitar o que Mbembe entende por neoliberalismo, isto é,

o neoliberalismo representar a época na qual o capitalismo e o animismo, durante muito tempo obrigados a se manterem afastados, tendem finalmente a se fundir. [...] Da fusão potencial entre o capitalismo e o animismo resultam algumas consequências determinantes para a nossa futura compreensão da raça e do racismo. Desde logo, os riscos sistemáticos aos quais os escravos negros foram expostos durante o primeiro capitalismo constituem agora, se não a norma, pelo menos o quinhão de todas as humanidades subalternas (MBEMBE, 2020a, p. 17).

Neoliberalismo, capitalismo e animismo. Mbembe utiliza dessas categorias para explicitar essa nova época na qual objetos, sentimentos e situações da vida tem o potencial de venda no mercado, o ser é apenas mais um diante dos diversos animais já que é destituído de qualquer essência. É a tradução da flexibilidade onde não há mais trabalhadores e sim humanos abandonados sem função para o Capital que vivem entre a sua reprodução biológica e o que Mbembe chama de "coisidade", a reprodução de todos os aspectos de si mesmo diante das normas do mercado. Isso é o neoliberalismo, essa fusão entre o capitalismo e o animismo — onde as coisas se defrontam com o próprio humano e o humano se transforma em coisas — que possuem consequências para o entendimento do racismo. Primeiro, a condição dos escravos negros começa a se universalizar para toda a humanidade, é o que Mbembe chama, posteriormente, de *devir-negro*; em seguida, com essa nova época, surgem outras práticas de sentido escravagista e coloniais, isto é, captura e ocupação, predação e exploração. Diante disso, o neoliberalismo pode ser mais uma dimensão da alienação

Vale-se ater, então, a esse novo período do capitalismo contemporâneo. Agora, para o autor, não existem mais trabalhadores, mas sim nômades do trabalho, os quais, diferentemente do trabalhador da primeira industrialização, não são submetidos à divisão entre local de trabalho e local de moradia.

Ainda mais característica da fusão potencial entre o capitalismo e o animismo é a possibilidade, muito clara, de transformação dos seres humanos em coisas animadas, dados numéricos e códigos. Pela primeira vez na história humana, o substantivo negro deixar de remeter unicamente à condição atribuída aos povos de origem africana durante a época do primeiro capitalismo (predações de toda a espécie, destituição de qualquer possibilidade de autodeterminação e, acima de tudo, das duas matrizes do possível, que são o futuro e o tempo). A essa nova condição fungível e solúvel, à sua institucionalização enquanto padrão de vida e à sua generalização pelo mundo inteiro, chamamos o *devir-negro do mundo* (MBEMBE, 2020a, pp. 19-20).

Como dito anteriormente, uma característica crucial do animismo para Mbembe é a transformação do humano em coisas, no exemplo durante o neoliberalismo, dados numéricos e códigos. E nesse ponto, o autor ressalta que a palavra negro não vai ser utilizada apenas para se relacionar aos escravos de origem africana. Na atualidade, a fusão entre o capitalismo e animismo permitiu que essa antiga condição fosse espalhada para o resto do mundo e para isso cunha o termo *devir-negro do mundo*, onde os subalternos vão se assemelhar ao padrão de vida do que foi o escravo no primeiro capitalismo.

Instala-se um novo modelo de exploração organizada em que é possível ser intensamente explorado em qualquer local. Dado que essa hiperexploração, por sua vez,

foi típica do trabalhador negro durante a escravatura, nota-se que para o autor, “o nascimento do sujeito racial — e, portanto, do negro — está ligado à história do capitalismo” (MBEMBE, 2020a, p. 309). O negro, enquanto categoria criada na modernidade e atribuída a um grupo específico de pessoas, possui sua nascença e contínuo desenvolvimento durante toda a história do capitalismo. Essa afirmação fica ainda mais nítida quando se lembra das diversas violações, subjetivas e materiais, impostas a partir de uma mola propulsora desse sistema, ou seja, “[uma] dupla pulsão, por um lado, da violação ilimitada de toda forma de interdito e, por outro, da abolição de qualquer distinção entre os meios e os fins” (idem). Explica-se: com a abolição dos meios e dos fins para a satisfação do capital, aliada a uma livre violação caracterizada pelo “poder de captura, poder de influência e poder de polarização, o capitalismo sempre precisou de *subsídios raciais* para explorar os recursos do planeta” (ibidem).

Nota-se que há uma ligação entre os sinônimos — negro e raça — e toda a construção do regime capitalista. Ainda o autor mostra como o futuro continua a se aliar a essas categorias teóricas e políticas com a conceituação do devir-negro do mundo, tendo como base, também, a alienação. Nesse sentido, o negro, ao mesmo tempo, é um não-ser e uma condição universal na crise global, o devir negro do mundo, mesmo assim, vale lembrar ao leitor que ele não é por si só, o negro é produzido enquanto vínculo social de submissão e corpo de exploração.

Assim, o estágio atual do neoliberalismo nos iguala a todos numa épica razão negra, sendo o “devir” não mais uma potência, mas, sim, um ato [, dessa forma,] a razão negra está condicionada a uma humanidade castrada, cuja condição destinada é o da subalternidade (SILVA E MWEWA, 2022, p. 38-39).

Desse modo, e de forma ainda atual, Mbembe explica que a construção histórica de toda a modernidade, e todos os momentos encarados enquanto dimensões da alienação, resulta no neoliberalismo, o mesmo intensificou a alienação em uma forma nunca antes vista. “Esse novo homem, sujeito do mercado e da dívida, vê-se a si mesmo como um mero produto do acaso [...] Distingue-se em vários aspectos do sujeito trágico e alienado da primeira industrialização” (MBEMBE, 2020a, p. 16). Para isso, ele lembra que nesse momento histórico novo o negro se diferencia do sujeito da primeira industrialização por motivos como: o surgimento da nova sociedade da imagem, do espetáculo; o novo indivíduo totalmente atrelado ao desejo; a felicidade, desse mesmo indivíduo, dependente da oferta da sua vida íntima ao público como um produto de troca no mercado; a prisão inquieta desse ser entre a sua reprodução biológica e o usufruto de bens materiais e a regulação de suas condutas ditada pelo mercado.

Ou seja, o sujeito alienado pela primeira industrialização, nesse terceiro momento, daquilo que ele denomina de devir negro do mundo, vai-se se instalando um novo ser humano empresário de si mesmo, plástico e sem nenhuma essência própria (LIMA, 2017, p. 117).

Note que o devir negro do mundo torna-se ainda mais explícito quando se pensa que a histórica construção da raça na Modernidade também se apoiou em uma plasticidade, embora disfarçada de ciência, e um não essência atribuída a um grupo. Antes, específico, isto é, as populações em África; hoje, para todas as humanidades subalternas

Enfim, é um novo sujeito de fato, mas não menos alienado, é um indivíduo condenado à efemeridade que a abraça para conseguir atender às demandas dessa nova sociedade, ou seja, torna-se outro sem ao menos ter consciência desse abraço.

Finalmente, é possível notar as dimensões da alienação negra ainda hoje, quaisquer que sejam suas nacionalidades, atravessando todo o sistema capitalista que se mostra cada vez mais brutal e mais ávido pela incessante acumulação de capital. A categoria negro continua a ser mobilizada, tanto para uma real emancipação dos mesmos, quanto para a manutenção do status atual da sociedade. E nesse sentido “para Mbembe, o pós-colonialismo seria uma espécie de arena de disputas [, isto é, ele se entende enquanto um autor que trava uma luta epistêmica,] haja vista que a emancipação subjetiva se dá no embate tanto subjetivo quanto objetivo” (SILVA E MWEWA, 2022, p. 44). Aqui está o exato local onde Mbembe se encontra ao caracterizar o capitalismo e a, já exposta, ligação intrínseca com categorias raciais, especialmente a negra.

7. Considerações Finais

Diante da leitura aprofundado, principalmente da obra *Crítica da razão negra*, mas também de outros textos do autor e de comentadores, foi possível caracterizar o conceito de alienação, com foco na população negra em África ou em diáspora, no pensamento de Achille Mbembe enquanto tomar para si o que foi produzido pelo outro, tomar para si como verdade, na condição de colonizado, negro ou subalterno o que foi produzido pelo colonizador, pelo branco e pelo dominante.

Isso fica explícito quando se pensa principalmente nos períodos históricos aqui descritos, a saber, a escravidão; o colonialismo; o *apartheid* e também o neoliberalismo.

No começo da Modernidade há um marco inicial que foi a difração originária, a separação do humano em raças, o desmembramento do negro entre um eu próprio e uma imagem, no caso, demoníaca; de terror; que remete à lembrança da captura e da colônia; comando o eu autêntico sem ele mesmo saber e que acarreta em um identidade também

alienada, a qual é encarada pelo colonizador — seu criador — na qualidade de um objeto de exploração. Em contrapartida à criação do negro na modernidade, seu oposto também foi concebido e isso Mbembe denomina de “fantasia do branco”. Um ser que se coloca como universal e estabelece e identifica como o outro, o racializado todo humano — na prática todo sub-humano ou até mesmo não-humano — diferente dele.

Nessa perspectiva, durante toda a modernidade a alienação vai constituir a vida cotidiana de negros, do escravismo, passando pelo colonialismo, *apartheid* até a contemporaneidade com o advento do neoliberalismo.

Assim sendo, durante a escravatura, essas duas forças contrárias vão articular e defrontar uma questão essencial entre elas: a diferença, dando origem ao que Mbembe conceitualiza de direito originário, seja de intervenção ou até à terra do colonizado, considerada sem dono. Vale ressaltar que a diferença permeia ainda as relações atuais.

Dada a separação do humano em raças com o objetivo de uma hiperexploração, o nascente capitalismo necessitava de um modelo governamental que conseguisse unir esses dois discursos, isto é, a classificação e hierarquização do humano em raças com a lógica da economia de mercado. O colonialismo, portanto, teve esse papel de inserir o negro dentro da modernidade, baseando-se em uma razão pretensamente universal que foi exportado violentamente para o resto do globo.

O acúmulo dessa construção histórica em que o negro é permeado pela alienação possui como apogeu, para Mbembe, o *apartheid*. Nessa institucionalização explícita do racismo, o negro vai ser a expressão essencial da segregação com as dimensões alienantes de laços rompidos, falta de reciprocidade e o avesso de uma conduta ética.

Por fim, nota-se que o neoliberalismo também é parte integrante enquanto aspecto da alienação pela plasticidade que permeia os seres dentro da sociedade. A saber, a oferta da imagem ao mercado para sua subsistência aliada no que tange a difração originária para negros e com o devir negro do mundo, tem como produto a disseminação das violências sofridas pelo escravizado negro, inclusive a alienação, para todas as humanidades subalternizadas em todo o globo.

Assim, as dimensões expostas em toda a pesquisa permite o refinamento do conceito de alienação em Achille Mbembe, exatamente tomar para si o que o outro produziu, tomar enquanto verdade o que o colonizador escolheu e definiu o que seria o negro, inclusive reiterando e tomando como verdade. Uma imagem negativa e limitativa com fins inteiramente demoníacos para satisfazer a necessidade de exploração do capital.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019
- AMORIM, Liana Depieri. *Pensatempos, Cosmopolitismo e Afropolitanismo: perspectivas híbridas do pensamento africano*. 2015. 126 f. Tese (Mestrado) – Curso de Letras, Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2015.
- DUBOIS, Laurent. *Translator's Introduction*. In: MBEMBE, Achille. *Critique of Black Reason*. Durham: Duke University Press, 2017.
- FROMM, Erich. *O Conceito Marxista de Homem*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1983.
- ILGES, Michelle Cirne. *A produção de ciências sociais no continente africano e a agência do CODESRIA*. 2016. 199 f. Tese (Doutorado) – Curso de Ciências Sociais, Universidade De São Paulo, São Paulo, 2016.
- LIMA, Claudia Silva. *De uma África sem história e razão à filosofia africana*. 2017. 153 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Universidade Federal Do Maranhão, São Luís, 2017.
- MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- _____. A Europa já não é mais o centro de gravidade do mundo. [Entrevista concedida a] Arlette Fargeau, *Le Messenger*, Out. 3, 2013a.
- _____. As formas africanas de auto-inscrição. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 23, no. 1, pp. 171-209, 2001.
- _____. Existe um único mundo apenas. In: Caderno Sesc_Videobrasil: geografias em movimento. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, n. 9, 2013b.
- _____. Necropolítica. *Arte & Ensaios*, no. 32, pp. 123-151, dez. 2016.
- _____. *Políticas da Inimizade*. Lisboa: Antígona, 2017.
- _____. Thinking in lighting and thunder. [Entrevista concedida a] Seloua Luste Boulbina. *Critical philosophy of race*, Vol. 4, No. 2, pp. 145-162, 2016.
- MEDEIROS, Claudio. A filosofia política de Achille Mbembe: racismo e saída da democracia. *Ensaios Filosóficos*, Vol. XVIII, pp. 83-96, Dez./2018.
- RAMOSE, Mogobe. Sobre a Legitimidade e o Estudo da Filosofia Africana. In: *Ensaios Filosóficos*, Vol. IV, outubro. Rio de Janeiro, 2011.